



CÓD: OP-103FV-23
7908403533732

SSP-SE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DE SERGIPE

450 questões gabaritadas- GABARITANDO

CADERNO DE QUESTÕES

Caderno de Questões

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Informática	47
3. Noções de Direito Constitucional.....	59
4. Noções de Direito Administrativo	75
5. Noções de Direito Penal.....	89
6. Noções de Direito Processual Penal.....	109
7. Noções de Criminalística e Medicina Legal	131
8. Legislação Especial.....	151

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. IDECAN - Ag PT (IBGE)/IBGE/2022

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Texto IV

Pedocracia: A ditadura das crianças que mandam nos pais

As birras, as pirraças, os gritos, os gestos agressivos, as palavras ofensivas são o que normalmente se caracterizam como as crianças ‘donas da casa’. A infantolatria foi o nome dado à ‘ditadura’ de crianças que não aceitam ouvir ‘não’, querem tudo do jeito e na hora delas. Mas em que momento isso passou a ser normal? A psicanalista Marcia Neder, autora de “Déspotas Mirins, o poder nas novas famílias”, da Zagodoni Editora, em entrevista ao “Saia Justa”, chama o fenômeno de pedocracia e nos dá algumas orientações.

“A pedocracia é alimentada pela idealização da maternidade. Qual é o ideal que temos da maternidade? O de uma mãe que abre a mão da sua vida para se dedicar ao filho. Por que as mães embarcam na idealização, por que se sentem santas mães proibidas de ter raiva, de perder a paciência? Aí vem uma culpa fenomenal. Acima da dor dela, tem o que ela aprendeu, que é a suprema felicidade e bem-estar do seu filho”, explica a especialista.

Segundo ela, na atual cultura de idolatração dos filhos, eles precisam se sentir amados pelos pais. “E eles dizem que ‘se não dermos alguma coisa a eles, eles ficam chateados e dizem que não amam a gente’. É uma inversão total de valores”, reforça Neder.

“É mais fácil deixar a criança ser rei. É mais fácil do que aguentar o chique. Dá trabalho educar. Para evitar isso, querem tudo do jeito e na hora delas. Se você não estabelece desde o início, tentar estabelecer depois fica complicado”, sugere.

“O processo de mudança nos conceitos de família, iniciado no século XVIII por Jean-Jacques Rousseau, chegou ao século XX com a ‘religião da maternidade’, em que o bebê é um deus e a mãe, uma santa. Instituiu-se o que é uma boa mãe sob a crença de que ela é responsável e culpada por tudo que acontece na vida do filho, tudo que ele faz e fará.

Muitos afirmam que a mulher venceu, pois emancipou-se e foi para o mercado de trabalho, mas não: é a criança que entra no século XXI como a vitoriosa. Esta é a semente da infantolatria”, elucida a especialista.

A definição de infantolatria por Marcia Neder consiste em “a instituição da mãe como súdita do filho e o adulto se colocando absolutamente disponível para a criança”. E _____¹ a criança de qualquer responsabilidade sobre o seu comportamento: “Um bebê não tem poder para determinar como será a dinâmica familiar. Se isso acontece, é porque os pais promovem”.

Ainda reforça: na fase adulta, esse filho cobrará dos pais. “Ele olhará ao redor e verá outras pessoas se realizando independentemente dele. A criança que acha que o mundo tem que parar para ela passar não consegue imaginar isso acontecendo e não está preparada para lidar com a menor das frustrações. Em algum ponto, acusará os pais de terem sido omissos”.

Disponível em: <https://www.revistapazes.com> – Texto adaptado.

A correta ortografia do vocábulo suprimido no espaço 1(l. 44) do TEXTO IV é:

- (A) Esime.
- (B) Ezime
- (C) Exime.
- (D) Exsime.
- (E) Ezimi.

2. IDECAN - Adm (IF RR)/IF RR/2020

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Texto 2

Pobreza tem impacto direto na saúde mental

Transtornos mentais não são frutos apenas de desequilíbrios químicos e fatores biológicos. O contexto social e econômico em que vivemos tem uma grande influência em nossa saúde mental.

DIOGO RODRIGUEZ

Desde 2011 trabalho de maneira autônoma. Já contei aqui que sou jornalista freelancer; há alguns meses, estou me dedicando ao meu próprio negócio depois de fazer um curso de empreendedorismo nos Estados Unidos. Faz muito tempo que não tenho emprego fixo.

Tenho uma forte suspeita de que foi durante esse período que comecei a “desenvolver” ansiedade generalizada e depressão. Antes, eu recebia um salário fixo e sabia o quanto podia gastar no final do mês. Quando me tornei autônomo, tive de passar a conviver com a incerteza financeira.

É impossível saber o quanto você vai ganhar a cada mês. Isso teve várias consequências para mim. Com medo de não ganhar o suficiente, comecei a procurar por trabalhos desesperadamente. Aceitava o que aparecesse, não importava a dificuldade da tarefa. Assim, fui me enchendo de coisas a fazer e prazos a cumprir. Para conseguir dar conta de tudo, passei a trabalhar dez, às vezes 12 horas por dia. Nem os finais de semana escapavam mais porque sempre havia algo a ser feito.

Obviamente que o nível de ansiedade foi ao extremo e atrapalhou o resto de minha vida. Dormia menos, comia mal, pouco me divertia, estava sempre pensando em trabalho e na necessidade de ganhar dinheiro. Aos poucos, fui me desgastando e perdendo a capacidade de prestar atenção aos detalhes.

Tanta pressão interna e externa fez a qualidade do meu trabalho cair. Perdi prazos, entreguei trabalhos de qualidade ruim. O resultado foi que pessoas que antes confiavam em mim pararam de me chamar para trabalhar. A ansiedade por ter trabalho e ganhar dinheiro teve o efeito oposto. Não muito tempo depois de perceber isso, resolvi procurar tratamento.

Por que estou falando disso? Bom, porque, como eu disse na coluna da semana passada, transtornos mentais não são frutos apenas de desequilíbrios químicos e fatores biológicos. O contexto social e econômico em que vivemos tem uma grande influência. Hoje, diversas pesquisas conseguem mensurar o efeito que a insegurança econômica causa em nós.

Faz todo sentido, não é? A ameaça da falta de dinheiro distorce nossa perspectiva de vida, colocando-nos numa espiral de incertezas. “Será que vou ter dinheiro para pagar as contas? Será que vou conseguir trabalho?” Isso tem um custo alto para a saúde mental.

A pesquisadora canadense Evelyn Forget conseguiu medir o impacto que as finanças têm na saúde mental. Professora da Universidade de Toronto, em 2011 ela publicou um artigo chamado “A cidade sem pobreza: os efeitos de saúde de um experimento canadense de renda anual garantida” (tradução minha). De 1974 a 1979, uma cidade da província de Manitoba, no Canadá, foi palco de uma experiência.

O governo deu a todos os habitantes da cidade de Dauphin uma renda mínima anual. Para cada dólar canadense que cada cidadão ganhava, o governo dava um adicional de 50 centavos.

Concluído há mais de 40 anos, o experimento só teve seus resultados revelados em 2011, por Evelyn Forget. Os dados ficaram esquecidos e nunca foram analisados. A pesquisadora se surpreendeu com o que encontrou. De uma maneira geral, a saúde dos habitantes de Dauphin melhorou. Está incluída aí, é claro, a saúde mental. Sem a pressão de ter que lutar pela mínima sobrevivência, as pessoas passaram a viver melhor, mostrou Forget.

Disponível em: <https://vidasimples.co/colunistas/pobreza-tem-impacto-direto-na-saude-mental/>. Acesso em: 30/11/2019 (Adaptado)

Assinale a única alternativa que contenha sinônimos dos termos abaixo, retirados do Texto 2, grafados de acordo com as normas da ortografia oficial da Língua Portuguesa.

autônoma (I.1), ansiedade (I.11), medir (I.23) e distorce (I.20)

- (A) autossuficiente, apreensão, aferir e deturpa
- (B) auto-suficiente, apreensão, auferir e desturpa
- (C) autossuficiente, apreensão, auferir e deturpa
- (D) autos-suficiente, apreensão, aferir e derturpa
- (E) autossuficiente, apreensão, aferir e deturpa

3. IDECAN - Med PLeg (PEFOCE)/PEFOCE/Patologia/2021

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Texto para a questão.

Uma escritora reconstrói o país: a Ruanda de Scholastique Mukasonga

Em *A mulher de pés descalços*, obra de Scholastique Mukasonga dedicada à memória de sua mãe, a narradora em certo momento reflete sobre a dificuldade de se manter a vaidade no vilarejo formado na região de Gitagata, campo de refugiados para onde sua família foi enviada quando ela ainda era criança. A mãe da escritora, Stefania, era uma pessoa a quem muitas garotas recorriam para descobrir se poderiam ser consideradas moças bonitas. Ela tinha um histórico de sucesso na formação de casais. Nas tardes de domingo, geralmente guardadas para descanso ou alguma diversão, era comum que jovens fossem ao seu quintal para concorrer um pouco por sua atenção. A beleza é um dado social, definida na interação entre as pessoas, e seus critérios mudam com o tempo. No entanto, uma vez que as pessoas participam da vida social, to-

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

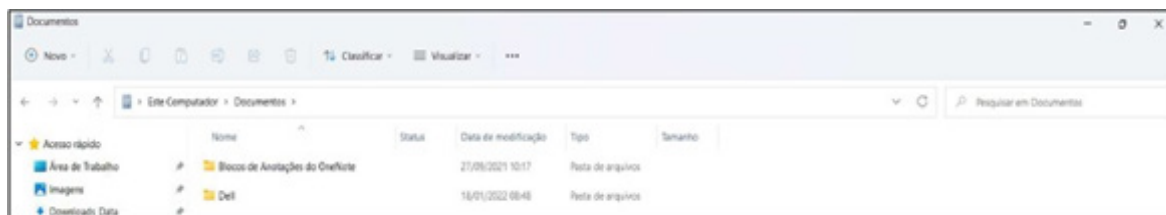
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. IDECAN - Sold (CBM MS)/CBM MS/2022

Assunto: Windows 8

No uso diário do Sistema Operacional *Windows 8* criamos e inserimos diversos arquivos e quando necessitamos, às vezes, nem o nome é lembrado, tamanho e muito menos sua localização. Porém, é possível realizar uma pesquisa de arquivos por seu tamanho em uma pasta específica.

Assinale a opção que indica a correta sintaxe para a pesquisa em Documentos de arquivos menores que 10 MB.



- (A) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: > 10 MB.**
- (B) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: > 100 MB.**
- (C) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: < 100 MB.**
- (D) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: < 10 MB.**
- (E) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: <= 10 MB.**

2. IDECAN - Of (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Windows 10

P10 – INFORMÁTICA

No Sistema Operacional Windows 10, o sistema de gerenciamento de arquivos e pastas é feito para facilitar a vida do usuário, assim, se o utilizador não mudou, onde os meus arquivos são armazenados?

- (A) C:\nome do usuário\Pastas de Trabalho (onde nome do usuário é seu nome de usuário do Windows).
- (B) D:\Usuários\nome do usuário\Pastas de Trabalho (onde nome do usuário é seu nome de usuário do Windows).
- (C) D:\nome do usuário\Pastas de Trabalho (onde nome do usuário é seu nome de usuário do Windows).
- (D) C:\Usuários\nome do usuário\Pastas de Trabalho (onde nome do usuário é seu nome de usuário do Windows).
- (E) E:\Usuários\Pastas de Trabalho.

3. IDECAN - GDR (AGRAER MS)/AGRAER MS/Área 3/ Engenharia Civil/2022

Assunto: Windows 10

O sistema operacional Microsoft Windows é o sistema operacional mais utilizado em computadores pessoais em todo o mundo. Este importante sistema operacional possui diversas versões, sendo que a versão 10 Pro é uma das mais utilizadas na atualidade. A respeito do Windows 10 Pro, marque o nome do aplicativo que permite ao usuário o acesso a diferentes recursos de configuração do computador, como por exemplo: teclado, mouse, data e hora, contas de usuário e fontes.

- (A) Ferramentas Administrativas
- (B) Painel de Controle
- (C) Gerenciador de Dispositivos
- (D) OneDrive
- (E) Microsoft Edge

4. IDECAN - Aux Per (PEFOCE)/PEFOCE/2021

Assunto: Windows 10

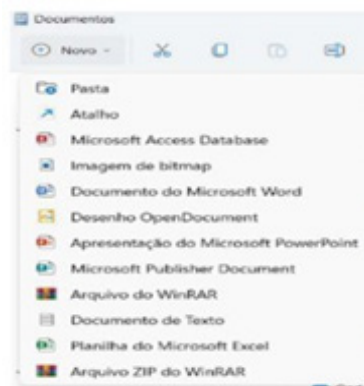
Nas atividades desenvolvidas como perito criminal, um profissional de nível superior está elaborando um laudo em um microcomputador com sistema operacional Windows 10 BR. Nesse contexto, ele está compartilhando quatro aplicações, na modalidade multitarefa preemptiva, no browser Google Chrome, no editor Word 2019 BR, no Excel 2019 BR e no Adobe Reader. Para alternar o acesso a essas aplicações, esse sistema operacional oferece a possibilidade de uso de dois atalhos de teclado, o primeiro por meio da escolha da aplicação em uma janela de diálogo e o segundo diretamente sem o auxílio dessa janela. Esses atalhos de teclado são, respectivamente,

- (A) Ctrl+ Tab e Ctrl + Esc.
- (B) Alt+ Tab e Alt + Esc.
- (C) Ctrl+ Tab e Alt+ Tab.
- (D) Alt+ Esc e Alt + Tab.
- (E) Ctrl + Esc e Ctrl + Tab.

5. IDECAN - Of (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Windows 11

No Explorador de Arquivos do Windows 11 em Documentos ao clicar na opção Novo e escolher a opção Documento de Texto, conforme figura, será criado um arquivo com extensão do tipo:



- (A) exe – Arquivo do programa executável
- (B) potx – Modelo do *Microsoft PowerPoint*
- (C) rtf – Arquivo de formato de Rich Text
- (D) tmp – Arquivo de dados temporários
- (E) txt – Arquivo de texto não formatado

6. IDECAN - Of (CBM MS)/CBM MS/2022

Assunto: Windows 11

Muitos arquivos são salvos na Área de Trabalho para facilitar o acesso posterior, assim, como os aplicativos mais usados pelo usuário. Tendo como referência o Sistema Operacional *Windows 11*, indique a opção de atalho que espia temporariamente a área de trabalho.

- (A) Tecla do logotipo do Windows + W
- (B) Tecla do logotipo do Windows + X
- (C) Tecla do logotipo do Windows + Y
- (D) Tecla do logotipo do Windows + Z
- (E) Tecla do logotipo do Windows + vírgula (,)

7. IDECAN - Of (CBM MS)/CBM MS/2022

Assunto: Windows 11

Uma das grandes vantagens de se trabalhar com o sistema operacional *Windows* está na sua usabilidade, que muitas vezes nos ajuda em nosso dia a dia. O sistema também oferece vários tipos de atalhos que facilitam as demandas do usuário.

Desta forma, assinale a alternativa que indica corretamente o atalho que fecha a janela ativa.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1: IDECAN - ACP (Pref Campina G)/Pref Campina Gde/2021

Assunto: Direito Constitucional: conceito e fontes. Estado, povo, território etc

Acerca dos elementos das constituições, analise os itens abaixo:

I. O preâmbulo de toda constituição é considerado um elemento de estabilização constitucional, dado o seu caráter programático e hermenêutico.

II. A fixação de competências das cortes supremas está relacionada aos elementos orgânicos das constituições.

III. Os direitos e garantias individuais fazem parte dos chamados elementos limitativos das constituições.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.

2. IDECAN - GDR (AGRAER MS)/AGRAER MS/Área 3/Engenharia Civil/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A realização de objetivos comuns, a livre tomada de decisões, a representação política e o respeito ao direito privado dos associados são alguns dos pilares das organizações sociais mais recentes.

A Carta Magna Brasileira, estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Neste interim, qual especificidade, vinculada ao associativismo, não está prevista no artigo quinto da Constituição Brasileira?

- (A) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (B) É plena a liberdade de associação para fins ilícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- (C) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- (D) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (E) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

3. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Administrativa/Analista Administrativo/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Segundo a Constituição, as penas no Brasil são individualizadas, podendo ser aplicadas nas formas a seguir, à exceção de uma.

Assinale-a.

- (A) extradição
- (B) perda de bens
- (C) interdição de direitos
- (D) restrição da liberdade
- (E) prestação social alternativa

4. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Judiciária/Analista Judicial/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O sigilo bancário é uma garantia constitucional, com base no direito à privacidade e à intimidade, à inviolabilidade dos sigilos das comunicações telegráficas, correspondência de dados e das comunicações telefônicas.

É necessária prévia autorização judicial para

(A) o Ministério Público instaurar procedimento de investigação criminal em face de autoridade com foro por prerrogativa de função em Tribunal de Justiça com base em relatório de inteligência financeira elaborado por conselho de controle das atividades financeiras.

(B) o Corregedor Nacional de Justiça ter acesso aos dados bancários e fiscais considerados imprescindíveis para apurar infração de sujeito determinado, em processo instaurado mediante decisão fundamentada e baseada em indícios concretos da prática do ato.

(C) o Ministério Público ter acesso a informações bancárias de contas de titularidade de órgãos e entidades públicas, com o fim de proteger o patrimônio público.

(D) agentes fiscais tributários da União examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras quando for indispensável o acesso aos dados para informar processo administrativo já instaurado.

(E) o Tribunal de Contas da União receber informações relativas a operação de créditos originárias de recursos públicos.

5. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Criminalístico/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

(B) São privativos de brasileiro nato os cargos, dentre outros, de Presidente do Senado Federal e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

(C) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

(D) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

(E) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato.

6. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito das associações é correto afirmar que

(A) a liberdade de associação é plena e irrestrita.

(B) decisão judicial passível de reforma pode dissolver uma associação.

(C) podem ter suas atividades suspensas após decisão judicial.

(D) ao se filiar, o associado confere poderes implícitos para ser representado judicialmente pela associação.

(E) a criação de uma associação depende de autorização.

7. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A prisão de agente, previamente condenado, por porte de instrumento comumente empregado na prática do crime de furto

(A) obedece ao Princípio da Isonomia.

(B) não demanda uma condição específica do agente.

(C) decorre de uma infração penal de perigo em concreto.

(D) viola o princípio da dignidade da pessoa humana.

(E) está de acordo com o princípio da razoabilidade.

8. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Ao instituto do júri penal é assegurado(a)

(A) a extensividade na defesa.

(B) o resguardo da votação.

(C) a autonomia dos veredictos.

(D) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

(E) a irrecorribilidade dos veredictos.

9. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos Direitos Individuais e Garantias Fundamentais no sistema jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. IDECAN - Adm (AGU)/AGU/2019

Assunto: Atributos ou características dos atos administrativos

A respeito dos atributos e da classificação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atributos dos atos administrativos são *numerus clausus*, a saber: autoexecutoriedade e presunção de veracidade.
- (B) A presunção de veracidade é atributo presente em todos os atos administrativos, gozando de natureza absoluta (*juris tantum*).
- (C) A cobrança de multa aplicada pela Administração Pública é exemplo clássico de ato administrativo provido de autoexecutoriedade.
- (D) No ato administrativo complexo, praticam-se dois atos, um principal e outro acessório, sendo que este pode ser pressuposto de validade ou ato complementar do ato principal.
- (E) O ato administrativo simples pode ser expressão da vontade de um órgão colegiado.

2. IDECAN - Of (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Diferentemente das empresas e cidadãos em geral, a Administração Pública tem que contratar a execução de obras públicas através de licitações, as quais evitam a ocorrência de lesões aos interesses e cofres públicos. Pode-se afirmar, portanto, que o dever de licitar é uma decorrência direta deste princípio implícito da Administração Pública:

- (A) Princípio da moralidade administrativa.
- (B) Princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (C) Princípio da continuidade do serviço público.
- (D) Princípio da publicidade.
- (E) Princípio do devido processo legal.

3. IDECAN - Asst (IF PA)/IF PA/Administração/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Acerca dos atos administrativos complexos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Forma-se o ato administrativo complexo pela conjugação de duas ou mais vontades independentes entre si.
 - II. O ato administrativo complexo tem várias etapas na sua formação, razão pela qual também é chamado de procedimento administrativo complexo.
 - III. No ato administrativo complexo, não existe o atributo da exequibilidade.
- É correto o que se afirma
- (A) apenas em I.
 - (B) apenas em I e II.
 - (C) apenas em II e III.
 - (D) em I, II e III.

4. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Judiciária/Oficial de Justiça e Avaliador/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Quanto aos atos administrativos vinculados, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos vinculados não devem observar quaisquer regramentos legais.
- (B) Os atos vinculados não podem ser anulados por desvio de finalidade.
- (C) Os atos vinculados dependem de motivação para a sua validade.
- (D) Os atos vinculados devem ser expedidos por autoridade competente.
- (E) Os atos vinculados não obedecem a qualquer forma.

5. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Criminalístico/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Para que o servidor público ocupe regularmente um cargo público, é necessário a prévia posse. Esta, no direito administrativo, é considerada um:

- (A) ato normativo.
- (B) ato político-jurídico.
- (C) fato administrativo.
- (D) ato administrativo vinculado.
- (E) ato administrativo discricionário.

6. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Considere o seguinte comentário de CARVALHO FILHO: "São atos que a Administração está livre para expungir do mundo jurídico, fazendo cessar efeitos, em decorrência de um critério subjetivo meramente administrativo." Nesse caso, o autor está se referindo a

- (A) licenças e homologações.
- (B) atos enunciativos.
- (C) deliberações e provimentos.
- (D) atos revogáveis.
- (E) fatos administrativos.

7. IDECAN - Ass (IF CE)/IF CE/Administração/2021

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Atos praticados de ofício pelos agentes públicos e impostos coercitivamente aos administrados, em nome do princípio da supremacia do interesse público. Trata-se de atos

- (A) de gestão.
- (B) de império.
- (C) de expediente.
- (D) vinculados.

8. IDECAN - Aud (IF CE)/IF CE/2021

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

O jurista Hely Lopes Meirelles divide os atos administrativos em cinco espécies: atos normativos, atos ordinatórios, atos negociais, atos enunciativos ou de pronúncia, e atos punitivos.

Assinale a alternativa que contenha apenas exemplos de atos negociais, conforme a definição do referido doutrinador.

- (A) permissão, portaria e instrução
- (B) certidão, autorização e parecer normativo
- (C) licença, permissão e homologação
- (D) instrução, regimento e resolução

9. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

Assinale a alternativa que trate corretamente de situação relacionada com a cassação do ato administrativo.

- (A) proibição para a realização de eventos privados em espaços públicos
- (B) extinção do contrato administrativo sem culpa do contratado
- (C) cancelamento discricionário de licença ambiental
- (D) não prorrogação de contrato administrativo por motivo de conveniência e oportunidade
- (E) perda do direito de dirigir por excesso de infrações de trânsito

10. IDECAN - Tec Com Soc (AGU)/AGU/2019

Assunto: Poder Regulamentar

No âmbito do direito administrativo, existem diversas prerrogativas conferidas ao Estado para fins de consecução do interesse público, como os chamados poderes administrativos. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder regulamentar é uma mera prerrogativa, podendo não ser exercido pelo seu titular.
- (B) O poder disciplinar implica a competência da autoridade administrativa para investigar e aplicar sanções penais.
- (C) Os poderes administrativos estão sempre vinculados aos termos da lei, não comportando discricionariedade.
- (D) A irrenunciabilidade é uma característica dos poderes administrativos.
- (E) Os poderes administrativos, na clássica divisão proposta por Montesquieu, acabam se confundindo com os próprios Poderes do Estado.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. IDECAN - GM (Campina Gde)/Pref Campina Gde/2021

Assunto: Princípios Constitucionais de Direito Penal

Considere os seguintes dispositivos constitucionais:

I. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

II. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

IV. Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

V. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Os princípios constitucionais relativos ao Direito Penal estão contidos nos itens

(A) I, II e V, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) II, IV e V, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

2. IDECAN - Per Crim (PEFOCE)/PEFOCE/Farmácia/2021

Assunto: Princípios Modernos de Direito Penal

O princípio da bagatela ou insignificância permite o afastamento da tipicidade material do delito desde que

(A) estejam reunidos, alternativamente, um dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(B) estejam reunidos, cumulativamente, pelo menos dois dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(C) estejam reunidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(D) estejam reunidos, alternativamente, pelo menos três dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(E) esteja evidente, além da primariedade do agente, a presença de um dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

3. IDECAN - Sold (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Lei Penal (conceito, classificação, características, interpretação)

Levando em consideração a aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal é categórico ao afirmar que:

(A) A punição por determinado fato deve prevalecer mesmo se, posteriormente, o fato deixar de ser considerado crime, posto que a aplicação da Lei Penal leva em conta a normativa vigente à época do ato.

(B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, desde que não reduza a pena cominada, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(D) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, salvo com relação a crimes hediondos.

(E) A Lei Penal não retroage em nenhuma hipótese, independentemente de ser benéfica ou não ao agente.

4. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Conflitos de Leis Penais no Tempo

Nos termos da lei, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime. A esse fenômeno, denomina-se abolitio criminis. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

(A) A abolitio criminis descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Não se trata, contudo, de hipótese de extinção de punibilidade, mas de novatio legis in melius, que deve retroagir a todos.

(B) A abolitio criminis descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Tem como efeito a extinção de punibilidade e retroage a todos, fazendo cessar os efeitos penais de eventual sentença condenatória. Os efeitos civis, contudo, permanecem.

(C) A abolitio criminis descriminaliza conduta antes tipificada pela lei penal. Como se trata de novatio legis in melius, faz cessar todos os efeitos, penais e civis, de eventual sentença condenatória.

(D) Em hipótese de abolitio criminis, o indivíduo que porventura esteja cumprindo pena privativa de liberdade pelo delito objeto da descriminalização da conduta, deverá ser imediatamente posto em liberdade. Todavia, perderá sua primariedade.

(E) Em hipótese de abolitio criminis, aquele que já cumpriu pena pelo delito objeto da descriminalização nada poderá aproveitar, pois sua extinção de punibilidade já se deu pelo efetivo cumprimento de sua pena.

5. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Conflitos de Leis Penais no Tempo

Em 10/1/2017, Robson praticou delito previsto na lei A, cuja pena era de reclusão de 3 a 6 anos. Em 30/4/2019, a lei A foi revogada pela lei B, que passou a prever pena de 1 a 3 anos de reclusão para a conduta praticada por Robson. Ocorre que, em 20/5/2020, entrou em vigor a lei C, revogando a lei B e passando a atribuir à conduta praticada por Robson pena de reclusão de 2 a 4 anos.

Considere que Robson foi denunciado pelo delito em 30/5/2020 e, na data de hoje, ele está sendo sentenciado. Nessa hipótese, é correto afirmar que

(A) será aplicada a Robson a lei A, por ser aquela em vigor no dia de sua conduta.

(B) será aplicada a Robson a lei B, por ser a mais benéfica.

(C) será aplicada a Robson a lei C, por ser a mais recente, que revogou as demais leis anteriores.

(D) poderão ser aplicadas a lei A ou a lei C; a primeira porque era a lei em vigor no dia da conduta e a segunda porque é a lei mais recente. A escolha ficará a critério do juiz, que deverá optar pela mais favorável ao caso concreto.

(E) será aplicada a Robson a lei C, não só porque é a mais recente, mas também porque é mais benéfica se comparada à lei A, que vigorava no dia da conduta.

6. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Judiciária/Analista Judicial/2022

Assunto: Lei Excepcional ou Temporária

Suponha que uma lei penal temporária tenha atribuído a delito já existente na legislação uma causa de aumento que se faria incidir caso o crime em questão fosse praticado no período que referida lei temporária estivesse em vigor. Nesse sentido, suponha também que Caio tenha infringido a lei nos termos descritos, ou seja, tenha praticado o delito na hipótese prevista pela lei temporária. Suponha, igualmente, que, na data do julgamento de Caio, por conta da prática da conduta penalmente descrita em análise, referida lei penal temporária não esteja mais em vigor.

Nessa situação, é correto afirmar que

(A) Caio deverá responder com a incidência da causa de aumento prevista na lei penal temporária, mesmo referida lei não estando mais em vigor.

(B) como a lei penal temporária não está mais em vigor, não incide a causa de aumento nela prevista à conduta de Caio.

(C) como ocorreu a abolitio criminis em relação à causa de aumento prevista na lei penal temporária, esta não se aplica a Caio.

(D) o juiz poderá ou não aplicar a causa de aumento prevista na lei penal temporária, a depender se, na situação concreta, for mais benéfico a Caio.

(E) Caio deverá responder sempre com a pena mais grave possível, não importa se a lei penal é temporária ou não, como medida de justiça.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. IDECAN - Sold (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

São Princípios norteadores do direito processual penal, expressos na constituição, exceto.

- (A) Princípio da presunção da inocência.
- (B) Princípio da publicidade.
- (C) Princípio do favor rei.
- (D) Princípio da autocomposição.
- (E) Princípio da vedação das provas ilícitas.

2. IDECAN - Med PLeg (PEFOCE)/PEFOCE/Patologia/2021

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Acerca das disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da não autoincriminação compulsória impede que qualquer pessoa seja obrigada a confessar um delito, mas não impede que o indicado seja obrigado a fornecer padrões gráficos para realização de perícia grafotécnica, com base no princípio da busca da verdade real.
- (B) O princípio da duração razoável do processo é aplicável tanto aos processos criminais, quanto aos inquéritos policiais e demais procedimentos investigatórios, legitimando, inclusive, o trancamento de ações penais com base no excesso de prazo.
- (C) O princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas poderá ser excepcionado quando a prova, ainda que obtida por meios ilícitos, for a única existente no processo apta a provar a verdade real dos fatos e conseqüente culpa do réu.
- (D) O princípio da presunção de inocência deve ser flexibilizado quando da análise acerca do cabimento das prisões cautelares, bastando a prova da materialidade do delito, mas vedando-se a decretação da prisão cautelar de ofício pelo juiz.
- (E) O princípio do devido processo legal é sinônimo do contraditório e da ampla defesa e garante a utilização de todos os recursos previstos em lei, bem como confere à defesa a prerrogativa de pronunciar-se posteriormente à acusação.

3. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A Lei 13.964/2019, entre as várias alterações na legislação, incluiu o artigo 3º-A no Código de Processo Penal, com a seguinte redação: “O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.”

Portanto, desde a alteração supracitada, está expressa na legislação processual a escolha pelo sistema processual acusatório. Nas alternativas a seguir, enumeraram-se algumas características desse sistema, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- (A) separação entre as funções de acusar, julgar e defender
- (B) os princípios do contraditório e da ampla defesa que informam todo o processo
- (C) a possibilidade de o juiz produzir provas para dirimir dúvidas
- (D) a publicidade dos atos processuais como regra
- (E) a imparcialidade do julgador (o juiz fica equidistante do conflito de interesses instaurado entre partes)

4. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A doutrina determina que princípios são as regras primeiras; são as premissas de todo um sistema de dogmática jurídicoprocessual penal. Parte da doutrina aponta esse princípio como o escopo primordial do processo penal. Trata-se dos elementos probatórios lícitos juntados aos autos do processo para serem apreciados pelo juiz e valorados no ato da sentença, a fim de se determinar quem foi de encontro ao comando da norma e por que o fez.

Pela narrativa acima, estamos diante de qual princípio processual?

- (A) Publicidade.
- (B) Presunção de inocência.
- (C) Verdade processual.
- (D) Razoabilidade de duração do processo.
- (E) Favor rei.

5. IDECAN - Per Crim (PEFOCE)/PEFOCE/Farmácia/2021
Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Quando se trata de Eficácia da Lei Processual Penal no Espaço, a primeira coisa que passa pela cabeça de qualquer estudante de Direito é a determinação do artigo 1º do Código de Processo Penal, que possui a seguinte redação: “O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados: I - os tratados, as convenções e regras de direito internacional; II - as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade (Constituição, arts. 86, 89, §2º, e 100); III - os processos da competência da Justiça Militar; IV - os processos da competência do tribunal especial (Constituição, art. 122); V - os processos por crimes de imprensa, (Vide ADPF 130)”.

A respeito desse tema, a doutrina processual menciona quatro princípios, mencionados nas alternativas a seguir, À EXCEÇÃO DE UMA.

Assinale-a.

- (A) Princípio da Territorialidade
- (B) Princípio da Reserva de Jurisdição
- (C) Princípio da Nacionalidade
- (D) Princípio da Justiça Penal Universal
- (E) Princípio da Proteção

6. IDECAN - Per Crim (PEFOCE)/PEFOCE/Farmácia/2021
Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

O devido processo legal é princípio constitucional assegurador de que ninguém será privado de seus bens nem de sua liberdade sem o devido processo legal. Para além dessa garantia, do ponto de vista privado, o princípio do devido processo legal traduz também o direito de saber quais são as regras do jogo processual. Nesse sentido, em atenção às disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, bem como às normas existentes no respectivo Código de Processo Penal acerca da prova, assinale a alternativa correta.

- (A) Adotamos o sistema misto inquisitivo, sendo certo que não se exige, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.
- (B) Adotamos o sistema tarifado de provas e vigora, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.
- (C) Adotamos o sistema do livre convencimento motivado para a valoração da prova, bem como o sistema inquisitivo no que tange ao processo penal.

(D) Adotamos o sistema acusatório e vigora, no processo penal brasileiro, a identidade física do juiz.

(E) Adotamos o sistema acusatório no que tange ao processo penal e, no tocante à valoração da prova, adotamos o sistema da íntima convicção.

7. IDECAN - Of (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Interpretação e integração da lei processual penal

P4 – DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Assinale abaixo a alternativa que contempla apenas fonte primárias do direito processual penal:

- (A) tratados, costumes e jurisprudência.
- (B) leis, tratados e emendas à constituição.
- (C) leis, jurisprudência e princípios gerais de direito.
- (D) doutrina, jurisprudência e princípios gerais de direito.
- (E) leis, jurisprudência e emendas à constituição.

8. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Criminalístico/2022

Assunto: Interpretação e integração da lei processual penal

Com base nas disposições do Código de Processo Penal, preencha corretamente as lacunas a seguir: “A lei processual penal admitirá interpretação _____ e aplicação _____, bem como o suplemento dos _____.”:

- (A) literal; analógica; tratados internacionais.
- (B) extensiva; de ofício; bons costumes.
- (C) restritiva; analógica; princípios gerais de direito.
- (D) extensiva; analógica; princípios gerais de direito.
- (E) extensiva; de ofício ou provocação; tratados internacionais.

9. IDECAN - Aux Per (PEFOCE)/PEFOCE/2021

Assunto: Lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas

Em caso de alteração legislativa no Código de Processo Penal, que traga apenas disposições de direito processual, é correto afirmar que referida alteração legislativa será aplicada

- (A) com ressalvas, respeitando-se a irretroatividade maligna.
- (B) apenas quando se iniciar uma nova fase processual, sendo certo que as fases são: postulatória, instrutória, decisória e recursal.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL

1. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Criminalístico/2022 Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Na sede da Polícia Civil, três peritos estão debatendo sobre qual seria o melhor momento para a realização da autópsia. O Perito A defendeu que esta deveria ser feita imediatamente após o óbito, com urgência. Já o Perito B argumentou que a autópsia somente pode ser feita 06 (seis) horas após o óbito, momento a partir do qual há completa parada da circulação sanguínea. Por último, o Perito C defendeu que, em primeiro lugar, deve ser feito o exame externo do cadáver e, caso necessário, se iniciaria a autópsia 12 (doze) horas após o óbito. Considerando o cenário acima, assinale a alternativa correta.

- (A) A opinião do Perito A está certa.
- (B) A opinião do Perito B está certa.
- (C) Nenhum dos peritos acertou o momento certo para que seja realizada a autópsia.
- (D) A opinião do Perito C está certa.
- (E) Todos os peritos têm razão, pois a autópsia pode ser feita no momento em que o perito julgar adequado.

2. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Médico Legal/2022 Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Ao realizar um exame pericial que permita a avaliação do dano à pessoa, o médico perito, em seu relatório, não deve:

- (A) Indicar o nexo de causalidade.
- (B) Manifestar-se sobre incapacidades temporárias.
- (C) Estimar o tempo de consolidação médico-legal.
- (D) Apontar incapacidades permanentes.
- (E) Fazer descrição sumária das lesões e suas sequelas.

3. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Médico Legal/2022 Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Os peritos oficiais agem como auxiliares da justiça, tendo compromisso com a verdade dos fatos. Sobre perícias e peritos, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O exame deve ser realizado sempre que uma ação delituosa deixar qualquer produto.
- (B) Na esfera cível, o magistrado não pode escolher livremente um profissional ou órgão que, comprovadamente, detenha conhecimento especializado para realizar a perícia.
- (C) No direito civil, o magistrado será assistido por perito nomeado a partir de uma lista de experts cadastrados no tribunal e classificados por áreas específicas, ou ainda por órgão técnico ou científico.
- (D) Segundo o Código Penal Brasileiro, o laudo pericial poderá ser feito a qualquer dia e a qualquer hora.
- (E) Se não houver perito oficial na localidade, poderá a autoridade nomear duas pessoas idôneas, com nível superior, para assumir o encargo.

4. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Médico Legal/2022 Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Na prática médica diária, nos deparamos com uma série de documentos com grande valor jurídico. Analise as sentenças sobre esses documentos médico-legais

I. No atestado médico é obrigatório constar o diagnóstico codificado, preferencialmente pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10);

II. Quando há informações obscuras ou conflitantes no laudo pericial, a autoridade pode requisitar ao perito um parecer médico-legal;

III. O laudo pericial é um tipo de relatório médico-legal que serve para detalhar os achados do exame de corpo de delito e responder os quesitos oficiais. Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a alternativa I está correta.
- (B) As alternativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas a alternativa III está correta.
- (D) As alternativas I e III estão corretas.
- (E) Nenhuma alternativa está correta.

5. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Técnico de Polícia Civil/2022

Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Biossegurança é a condição de segurança alcançada por um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, reduzir ou eliminar os fatores de risco inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, animal e vegetal, o meio ambiente e a qualidade do trabalho realizado. Dessa maneira, é correto afirmar que:

- (A) Não cabe à Direção do laboratório assegurar a manutenção e a melhoria das políticas em Biossegurança, principalmente quando houver mudanças no sistema de gestão.
- (B) A Norma Técnica de Biossegurança estabelece que os laboratórios de saúde pública devem ser entidades legalmente responsáveis e que quaisquer atividades realizadas por terceiros para o laboratório devem, também, atender aos requisitos dessa Norma.
- (C) A garantia de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, a implantação e o acompanhamento das políticas institucionais de Biossegurança não são considerados atos de gestão, organização e gerenciamento de Laboratórios.
- (D) Em laboratório com número de profissionais abaixo de cinco, é dispensável a designação de qualquer profissional tecnicamente capacitado e responsável para constituir a Comissão Interna de Biossegurança.
- (E) Um Manual de Biossegurança não precisa contemplar aspectos como gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, transporte de amostras e insumos nem segurança química.

6. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Técnico de Polícia Civil/2022

Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Qual o volume necessário de uma solução de cloreto de potássio na concentração 60 g/l para o preparo de 250 ml de solução de cloreto de potássio na concentração de 3 g/l e quais são as vidrarias que poderiam ser utilizadas para o preparo dessa solução?

- (A) 125ml / balão de fundo redondo, pipeta volumétrica e bureta.
- (B) 80ml / balão volumétrico, pipeta graduada e proveta.
- (C) 15ml / balão de fundo redondo, pipeta graduada e bureta.
- (D) 12,5ml / balão volumétrico, pipeta graduada e proveta.

(E) 5ml / balão de fundo redondo, pipeta volumétrica e proveta.

7. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Técnico de Polícia Civil/2022

Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Marque a alternativa falsa em relação a noções de perícia veicular.

- (A) É possível revelar fragmentos de impressões digitais no pneumático de um veículo através de aplicação da reação de polimerização do cianoacrilato. A técnica consiste em fumigação desse polímero em câmara controlada.
- (B) O êxito pericial para identificação de digitais em lugares improváveis, como em pneumáticos de veículos, depende da quantidade de gordura depositada na superfície emborrachada, da intensidade da aposição e da recenticidade do exame.
- (C) Atualmente, existem novas tecnologias para aprimorar a perícia veicular, como equipamentos que produzem uma reação eletroquímica em superfícies metálicas capazes de revelar a numeração destruída. A tecnologia eletromagnética atua como uma espécie de radiografia de superfícies metálicas; permitindo ao perito visualizar, com clareza, os sinais de adulteração.
- (D) O chassi ou número de identificação veicular (NIV) é o sinal identificador do veículo, composto por 17 caracteres, numa combinação única de letras e números, divididos em três grupos.
- (E) Através do Chassi, não é possível saber diversos dados do veículo, como: identificação do fabricante e do país de origem, ano e modelo, carroceria, motor e também seu número de série.

8. IDECAN - Aux Per (PEFOCE)/PEFOCE/2021

Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

É uma técnica com incidência de radiação eletromagnética utilizada para análise de elementos ou compostos, podendo ser destrutiva ou não. No caso da análise forense, é muito importante que não seja destrutiva, a fim de manter a integridade da prova. Trata-se de

- (A) microscopia.
- (B) fluorescência de infravermelho.
- (C) Color Deconvolution Plug-in.
- (D) espectroscopia.
- (E) Digitization Plug-in.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Da Aplicação da Pena (arts. 6º a 24 da Lei nº 9.605/1998)

Bruno extraiu de uma área de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia e outras espécies de minerais.

Cerca de um mês após a consumação do delito, Bruno arrependeu-se de sua conduta e, espontaneamente, reparou o dano.

Nessa hipótese, é correto afirmar que o arrependimento de Bruno

- (A) é capaz de desconstituir o delito.
- (B) não será capaz de influenciar na pena a ser imposta pelo delito.
- (C) constitui circunstância atenuante de pena.
- (D) extinguirá sua punibilidade.
- (E) por ter sido eficaz, será capaz de gerar o perdão judicial.

2. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Dos Crimes contra a Fauna (arts. 29 a 37 da Lei nº 9.605/1998)

Joelma e Godofredo são pescadores e foram surpreendidos pescando em período de defeso, bem como utilizando artefatos de uso proibido (uma rede de pesca de uso proibido), com dez camarões em uma bacia e mais dois camarões presos na rede proibida. O Ministério Público denunciou os dois pescadores pela prática de crime ambiental descrita no artigo 34 da Lei 9.605/98. Em relação ao tema, é correto afirmar que a jurisprudência do STJ

(A) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta tenha ocorrido durante o período de defeso, mas afasta tal tese quando da utilização de petrechos proibidos ou da apreensão do pescado no momento do flagrante.

(B) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando ocorra a apreensão do pescado no momento do flagrante.

(C) não admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais, ainda quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado.

(D) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta tenha ocorrido durante o período de defeso e com petrechos proibidos.

(E) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta for realizada com petrechos proibidos.

3. IDECAN - PEBTT (IF PB)/IF PB/Administração Geral, Gestão Rural, Empreendedorismo, Associativismo e Cooperativismo/2019

Assunto: Dos Crimes contra a Administração Ambiental (arts. 66 a 69 da Lei nº 9.605/1998)

A legislação ambiental no Brasil é uma das mais completas e avançadas do mundo. Composta por leis que definem normas e infrações, a legislação visa, sobretudo, à mudança de comportamento na sociedade civil e no mundo empresarial, onde o objetivo maior está na criação de uma postura de responsabilidade compartilhada entre todos em defesa dos recursos naturais. Segundo a Lei 9.605/98, são considerados

crimes contra a administração ambiental:

(A) destruir, inutilizar ou deteriorar, arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

(B) matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

(C) alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental.

(D) promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

(E) fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.

4. IDECAN - Sold (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Do Registro (arts 3º ao 5º da Lei nº 10.826/2003)

Sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, analise os itens abaixo:

I. A gestão do Sinarm é de responsabilidade do Comando do Exército.

II. Ao Sinarm compete, dentre outras atribuições, cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade.

III. A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) apenas I.
- (B) apenas II.
- (C) apenas III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

5. IDECAN - Sold (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Do Porte (arts 6º ao 11 da Lei nº 10.826/2003)

De acordo com a legislação em vigor, é possível a concessão de porte de arma de fogo para:

- (A) os Procuradores Federais.
- (B) todos os integrantes das Carreiras de Auditoria Pública.
- (C) os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho.
- (D) quaisquer servidores da Agência Brasileira de Inteligência.
- (E) os membros da Advocacia-Geral da União.

6. IDECAN - Sold (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Dos Crimes e das Penas (arts. 12 ao 21 da Lei nº 10.826/2003)

Determinado cidadão brasileiro, buscando proteger a sua fazenda de invasão do “Movimento Sem-terras”, resolveu importar, sem nenhuma autorização do Poder Público, dez armas de fogo e bastante munição, os quais efetivamente chegaram, após quinze dias de transporte postal, ao local.

No caso, houve a prática de:

- (A) crime de comércio ilegal de arma de fogo.
- (B) crime de porte ilegal de arma de fogo.
- (C) crime de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- (D) crime de tráfico internacional de arma de fogo.
- (E) crime de comércio internacional de arma de fogo.

7. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Dos Crimes e das Penas (arts. 12 ao 21 da Lei nº 10.826/2003)

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça a uniformização da interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de responsabilidade do STJ a solução definitiva dos casos criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. Em relação ao Estatuto do Desarmamento, o Superior Tribunal de Justiça já teve oportunidade de se manifestar várias vezes, reformando seu entendimento sobre a matéria. Assinale a afirmativa que NÃO corrobore o entendimento desse tribunal em relação ao tema proposto.

- (A) A apreensão de ínfima quantidade de munição desacompanhada de arma de fogo, excepcionalmente, a depender da análise do caso concreto, pode levar ao reconhecimento de atipicidade da conduta, diante da ausência de exposição de risco ao bem jurídico tutelado pela norma.
- (B) O crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, tipificado no art. 18 da Lei 10.826/03, é de perigo abstrato ou de mera conduta e visa a proteger a segurança pública e a paz social.
- (C) O simples fato de possuir ou portar munição caracteriza os delitos previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei 10.826/2003, por se tratar de crime de perigo abstrato e de mera conduta, sendo prescindível a demonstração de lesão ou de perigo concreto ao bem jurídico tutelado, que é a incolumidade pública.